



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

5ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SANEAMENTO

CONESAN

LOCAL: Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
DATA: 15 de dezembro de 2015.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

1
2
3

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

5ª. Reunião Plenária Ordinária
Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN

4 **Data:** 15 de dezembro de 2015.
5 **Local:** Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH - São Paulo-SP.

6 **ABERTURA.**

7 Constatado quórum, o Secretário Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Benedito Braga e Presidente do CONESAN
8 agradeceu as presenças na reunião anual do CONESAN e instalou a plenária. Monica Porto , Secretária Adjunta de
9 Saneamento e Recursos Hídricos e Secretária Executiva do CONESAN, esclareceu que excepcionalmente solicitaram ao
10 Governador Geraldo Alckmin prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros CONESAN até 31 de julho de 2016, quando
11 ocorrerão as novas eleições, consolidado pelo Decreto 61695 de 04 de dezembro de 2015.

12 **DELIBERAÇÕES.**

13 **APROVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 'AD REFERENDUM' no. 002/13 e 003/13.**

14 A Secretaria Executiva, esclareceu que a Deliberação no. 002/13, abriu o processo eleitoral para escolha dos representantes
15 do segmento municípios e a Deliberação no. 003/13, abriu o processo eleitoral para escolha dos representantes do
16 segmento Sociedade Civil Organizada conforme devidamente publicadas no Diário Oficial em 31 de agosto e 04 de setembro
17 de 2013, respectivamente. **Foram aprovadas por unanimidade.**

18 **APROVAÇÃO DA ATA DA 4ª. REUNIÃO ORDINÁRIA.**

19 **Aprovada** como apresentada, por unanimidade, a Ata da 4ª. reunião plenária ordinária realizada no ano de 2013, em 27 de
20 novembro.

21 **APRESENTAÇÃO, SANEAMENTO E SEGURANÇA HÍDRICA.**

22 O Presidente considerou que não era necessária para ocasião uma apresentação pormenorizada tendo em conta a extensiva
23 pauta, enfatizou no entanto que o saneamento terá lugar merecido de destaque nas políticas públicas estaduais da SSRH,
24 fortalecendo e valorizando a importância do CONESAN dando assim, legitimidade às decisões governamentais pelo Estado
25 com apoio do colegiado devidamente representado. Informou que, nos últimos tempos tiveram que se concentrar nas
26 questões hídricas e atualizou os Conselheiros fornecendo informações oficiais sobre o abastecimento hídrico da Região
27 Metropolitana de São Paulo-RMSP e das Regiões Metropolitanas, configuradas pela Macrometrópole Paulista. Destacando os
28 trabalhos realizados na promoção da segurança hídrica e as principais ações emergenciais adotadas, pois notadamente a
29 crise hídrica de 2014 e 2015 não foi prerrogativa somente da região metropolitana de São Paulo, mas da região sudeste do
30 Brasil e também de outras bacias hidrográficas, fato este que surpreendeu até mesmo cientistas e hidrólogos configurando
31 praticamente a convivência com um quadro de imprevisibilidade meteorológica para longos períodos. No enfrentamento da
32 crise foram implementadas diversas ações, entre elas: (i) gestão para promover o balanço entre oferta-demanda, (ii)
33 aumento da transferência de água interligando os sistemas de abastecimento com uso de tecnologia sofisticada para
34 fornecimento de água aos sistemas que mais necessitavam de água, porque, mais afetados pela crise hídrica, (iii) controle
35 nas tubulações com válvulas redutoras de pressão possibilitando redução das perdas físicas de água nesses sistemas (iii)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

36 promoção do uso racional da água por instrumentos econômicos com o bônus em 2014 e, posteriormente, no início de 2015
37 com o ônus, (iv) obras estruturantes de interligação pela transferência do Rio Grande de afluência da represa Billings para o
38 reservatório do Alto Tietê em Taiaçupeba, também pelo Rio Guaió para o reservatório do Alto Tietê, além do rio Iguaratuba,
39 (v) promoção de campanhas para conscientização da população que tem aderido ao consumo de água racional. O
40 presidente considerou que temores de rodízio de água desapareceram, mas prossegue o compromisso de conscientizar a
41 população, (vi) obra de interligação por convênio e assinatura de acordo entre os Governos de SP-MG e RJ normatizando a
42 situação de abastecimento pela interligação do sistema PCJ no aproveitamento do rio Paraíba do Sul, (vii) transposição do
43 sistema São Lourenço, através de PPP, para o abastecimento da RMSP com previsão de conclusão das obras em 2017, (viii)
44 estudos de segurança hídrica envolvendo a transposição da bacia do Paranapanema para abastecimento da RMSP e do PCJ,
45 além do aumento da transposição do rio Juquiá para RMSP. Araldo Todesco, Prefeito Municipal de Tapiraí, perguntou sobre
46 a pauta das compensações financeiras advindas das obras de transposição em sua região. O Presidente esclareceu que
47 justamente no dia anterior, quando da reunião plenária do CRH no Palácio dos Bandeirantes aprovaram Deliberação
48 concedendo revisão e reajuste econômico para a cobrança pelo uso da água para os Comitês de Bacias-CBHs na cobrança
49 aos usuários de recursos hídricos. Maria Aparecida Ribas conhecida também por "Cida Ribas", representando o segmento
50 Sociedade Civil Organizada/Ação da Cidadania Comitê Ibiúna, parabenizou as ações desenvolvidas de combate à crise e
51 perguntou sobre as ações integradas com outras Secretarias que pautam temas também importantes para a população. O
52 Presidente destacou a predisposição e orientação do próprio Governador para que as ações ocorram conjuntamente entre
53 todas as Secretarias de Estado envolvidas.

54 APROVAÇÃO DOS SEIS MEMBROS REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS PARA O CONSELHO DE ORIENTAÇÃO
55 DO SANEAMENTO BÁSICO-ARSESP.

56 A Secretaria Executiva informou que conforme estabelecido pelo artigo 23, VII, da LC 1025/2007 e os critérios do artigo 6º,
57 V, do Decreto 54644/2009, a escolha de dois representantes de municípios dentre as quatro regiões metropolitanas do
58 Estado e pela Deliberação CONESAN 91/2011, no artigo 10, IX, do Regimento CONESAN, foram aprovadas as seis
59 representações pelo Conselho sendo um representante do município de São Paulo e três por Comitês de Bacias
60 Hidrográficas-CBH, em suas regiões ou UGRHIs, (i) pelos municípios com até 10 mil habitantes o CBH Turvo/Grande
61 indicando o município de Mesópolis, (ii) pelos municípios de até 50 mil habitantes CBH Alto Paranapanema indicando o
62 município de Taquarituba e (iii) pelos municípios acima de 50 mil habitantes seria o CBH-AT, porém tendo, sua
63 representação pelo município de São Paulo, foi indicado o CBH-PARDO pelo município de Mococa. Dois outros
64 representantes são indicados pelas regiões metropolitanas por intermédio dos respectivos Conselhos Metropolitanos, na
65 época em 2011, eram apenas duas regiões, a saber, Campinas e Baixada Santista, posteriormente, foram criadas as regiões
66 metropolitanas de Sorocaba e a do Vale do Paraíba/Litoral Norte. Foram indicados e aprovados pelo CONESAN
67 representando a região metropolitana de Campinas, o município de Jaguariúna e representando a região metropolitana do
68 Vale do Paraíba/Litoral Norte, o município de Piquete. Posteriormente, será promovida a alteração do Decreto incorporando
69 as quatro regiões metropolitanas.

70 APRESENTAÇÃO DO INDICADOR DE SALUBRIDADE AMBIENTAL-ISA.

71 Francisco José de Toledo Piza, representando segmento Sociedade Civil Organizada/ABES e Coordenador da Câmara
72 Técnica de Planejamento, fez a apresentação. Iniciou com a finalidade do ISA, que é utilizado para medir de forma uniforme
73 as condições de Saneamento de cada município identificando suas causas, levando em consideração as variáveis disponíveis
74 que são facilmente tabuladas, no sentido de facilitar a elaboração do relatório sobre a Situação de Salubridade Ambiental no
75 Estado de São Paulo e das Políticas Públicas do Setor para as decisões Governamentais. Os indicadores são abastecimento
76 de água, esgoto sanitário, resíduos sólidos, controle de vetores, riscos relacionados aos recursos hídricos e os indicadores
77 socioeconômicos. As variáveis são diversas como: a cobertura, qualidade e prevenção de sua saturação. Na formação do
78 ISA procurou-se priorizar, pela ordem Saúde Pública, Controle Ambiental e principalmente a sustentabilidade econômica. A
79 composição do ISA está indicada com 75% para água, esgoto sanitário e resíduos sólidos, 20% vetores e 5% para os
80 indicadores sociais. Como desafios para o setor estão a Construção de planos setoriais realistas, Criação de Indicadores de
81 gestão, Tarifas realistas para o abastecimento de água e esgotos sanitários, Taxas dos Serviços de Manejo de Resíduos
82 Sólidos e Taxas de Drenagem Urbana, Garantia de fontes continuas de financiamentos, PPI-Programas Plurianuais de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

83 Investimentos e PPO-Programas Plurianual de Operações, além do Controle Social. O Presidente agradeceu salientando a
84 importância das métricas para o acompanhamento dos serviços de saneamento diante do desafio de um número grande de
85 variáveis tendo em conta, os muitos dados que precisam ser levantados. Jorge Jamal Ayad Badra representando a
86 Sociedade Civil/FECOMÉRCIO, disse que era importante também levar em conta que o ônus do saneamento não deve ser
87 jogado inteiramente na conta da SABESP, mas que 45% dos serviços são prestados por outras Concessionárias
88 demandando uma maior participação e preocupação dos Prefeitos no quesito saneamento que, por vezes, jogam esgoto in
89 natura nos corpos d'água. Pleiteou ainda, que o reuso da água há muito tempo está em discussão no próprio CONESAN e
90 ainda não há solução prática para o tema, dependendo apenas de priorização pela assinatura do próprio Governador. O
91 Presidente lembrou que existem iniciativas governamentais como a parceria com a iniciativa privada pelo AQUAPOLO, na
92 região do ABC do Polo Petroquímico Capuava, utilizando aproximadamente 600 l/s com água de reuso da ETE ABC, a
93 previsão de utilização de efluentes da ETE Barueri para reuso potável indireto para ETA Baixo Cotia. O Presidente garantiu
94 que ainda em sua gestão estará pronta uma Resolução Conjunta SMA-SSRH para o reúso não potável, e terá como objetivo
95 futuro a meta da utilização do uso potável indireto.

16 PARTICIPAÇÃO DO CONESAN NO 'CONTROLE SOCIAL' PELO ART. 47 DA LEI FEDERAL 11445/07.

97 A Secretaria Executiva explicou que pela Lei, o CONESAN como órgão colegiado é composto de membros representativos de
98 vários setores da sociedade podendo exercer adequadamente o controle social para os serviços de saneamento básico.
99 Perguntou se era vontade dos Conselheiros que o CONESAN cumprisse esse papel no controle social. O Presidente disse
100 que, em caso positivo, também teriam de considerar a questão sob o prisma operacional e se o CONESAN precisaria se
101 qualificar para tanto. Maria Aparecida Ribas explicou que o controle social prevê maiores demandas com trabalhos
102 diferenciados do que os Conselheiros estão acostumados com sua participação nas reuniões plenárias do CONESAN e,
103 portanto, não seria pertinente abraçar a demanda concluindo que deveriam estudar melhor a participação do CONESAN no
104 controle social. No prosseguimento dos debates foi considerado, por outro lado, que deve haver sim o controle social da
105 política do Estado em saneamento, sendo apontado como solução parcial o exemplo das ações promovidas pelo Comitê de
106 Bacia Hidrográfica PCJ que tem um certo caminhar já percorrido para o saneamento, além do que o Estado poderia auxiliar
107 com seu apoio os municípios nas demandas do saneamento, e seria interessante então, que o CONESAN pudesse estudar
108 com maior profundidade os meios necessários e as devidas alterações a serem promovidas para estabelecer o controle
109 social, considerando ainda que certamente isso não seria possível com apenas uma reunião anual do CONESAN, com o que
110 concordou Jorge Badra sugerindo que, as reuniões ocorressem bimestralmente ou trimensalmente. O Presidente
111 encaminhou para refletirem melhor sobre a possibilidade de constituição do controle social pelo CONESAN desde que
112 possam trazer para o colegiado a alteração da forma de trabalho levando em consideração os pontos positivos e os
113 negativos considerando também a questão temporal e a disponibilidade de pessoal e será objeto de aprofundamento das
114 discussões na próxima reunião CONESAN.

15 DELIBERAÇÃO CONESAN QUE DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS REGULATÓRIAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA.

116 O Presidente relembrou suas considerações iniciais sobre pior crise hídrica da RMSP, levando em consideração que dentro
117 da competência legal do CONESAN, poderiam indicar como orientação de políticas públicas que a Agência Reguladora -
118 ARSESP considerasse na composição das tarifas as obras estruturantes para fornecer segurança hídrica em situações
119 excepcionais com, investimentos para todas as Companhias de Saneamento do Estado. Conselheiros consideraram com
120 pertinência e prudência o aporte diferenciado para os momentos de crise, ainda mais tendo em vista os investimentos
121 futuros, incluindo os do esgotamento pelas Companhias de Saneamento. Os Conselheiros debateram ainda a redação,
122 notadamente dos artigos 2º e 3º da Deliberação sobre os níveis tarifários, consideraram também que, aprovando a
123 Deliberação as obras estruturantes emergenciais, para fazer frente a uma crise, não sofreriam doravante questionamentos.
124 Os chefes de executivo municipal, notadamente os que fornecem água, através das obras de transposição em suas
125 regiões, demonstraram preocupação quanto a terem de arcar com esse ônus tarifário visto que, já estariam fornecendo o
126 recurso hídrico para as grandes regiões metropolitanas. O Presidente disse que a incidência se referia apenas às regiões
127 afetadas e ademais, estavam diante de um momento oportuno para rever o conceito de eficiência pela composição de uma
128 estrutura tarifária justa, considerando a importância dos recursos hídricos e a remuneração das Concessionárias, que tem
129 obrigação de prover o serviço de abastecimento e esgotamento. Tendo sido esgotadas as manifestações a minuta da
130 Deliberação CONESAN, que dispõe sobre adoção de medidas regulatórias em situação crítica, foi colocada em votação pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN

131 Presidente e aprovada por maioria com um voto contrário, de Maria Aparecida Ribas e uma abstenção de Cid Barbosa Lima.

132 **OUTROS ASSUNTOS.**

133 Gilson Cassini Afonso, representando a Sociedade Civil/SINDESAN, perguntou sobre a situação dos planos de saneamento
134 municipais e sua fiscalização. O Presidente esclareceu que cabe a ARSESP o acompanhamento. Foi também esclarecido que
135 existem as visitas anuais de acompanhamento dos investimentos e os mesmos são considerados, ajustados ou corrigidos
136 pela execução tarifária. Maria Aparecida parabenizou a equipe técnica do CONESAN, considerando-a mais técnica,
137 fornecendo mais suporte aos Conselheiros e solicitou informações sobre os programas do Governo do Estado na gestão da
138 Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, notadamente o Programa ÁGUA É VIDA, que atende as necessidades das
139 comunidades isoladas de pequeno porte e de baixa renda. Comentou também que os critérios de priorização devem ser
140 considerados. O Presidente concordou que, realmente o programa é importante para os cidadãos que vivem nessas
141 comunidades isoladas usufruírem da água e do saneamento, que toda equipe estará cuidando do tema devendo apresentar
142 em breve seus resultados, porém os recursos financeiros estão escassos. José Eduardo Gobbi, representando a Sociedade
143 Civil/Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, solicitou que fosse levado em consideração a necessidade de
144 uma nova dinâmica para renovação do Conselho em períodos distintos de maneira a providenciar o repasse de informações
145 aos novos Conselheiros, capacitando-os.

146 Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos e finalizando os trabalhos, o Presidente encerrou a sessão desejando boas
147 festas aos Conselheiros.

148 **Benedito Braga**
149 Presidente CONESAN

150 **Monica Porto**
151 Secretária Executiva CONESAN